

EDUCAÇÃO DO CAMPO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Aldenice Lira da Silva¹
Dayana Thayse de Moura Alves²
Maria Aparecida Dantas Bezerra³
Davi Libâneo de Melo⁴

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Ensino do campo. Parte-se da compreensão de que esses sujeitos trazem consigo trajetórias sociais complexas, historicamente marcadas por processos de exclusão dos espaços formais de ensino. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se em revisão bibliográfica e em documentos legais e pedagógicos que orientam as práticas da EJA e da Educação do Campo. A análise evidencia que, para garantir o direito a uma educação de qualidade, torna-se indispensável que as propostas pedagógicas respeitem as especificidades socioculturais dos educandos do campo e valorizem os saberes produzidos em seus contextos de vida. Para a construção desta pesquisa recorre-se a um aporte teórico que tem por base autores que corroboram com o estudo, na qual, pode-se citar: Arroyo (2012), Caldart (2012), Freire (1996) e Molina (2014), dentre outros. Nesse sentido, reafirma-se a importância de práticas educativas contextualizadas, fundamentadas em uma pedagogia crítica e transformadora, capazes de promover aprendizagens significativas e emancipadoras. As reflexões apresentadas pretendem contribuir para o fortalecimento da formação docente e para a consolidação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades educacionais presentes nas realidades camponesas.

398

Palavras-chaves: Educação do Campo. EJA. Aprendizagem Significativa. Contextualização.

ABSTRACT: This study aims to analyze the challenges faced by Youth and Adult Education (EJA) students in rural education. It is based on the understanding that these individuals have complex social trajectories, historically marked by exclusion from formal educational settings. The qualitative research is based on a literature review and legal and pedagogical documents that guide EJA and Rural Education practices. The analysis highlights that, to guarantee the right to a quality education, it is essential that pedagogical proposals respect the sociocultural specificities of rural students and value the knowledge produced in their life contexts. This research draws on a theoretical framework based on authors who corroborate the study, including Arroyo (2012), Caldart (2012), Freire (1996), and Molina (2014), among others. In this sense, the importance of contextualized educational practices, grounded in a critical and transformative pedagogy, capable of promoting meaningful and emancipatory learning, is reaffirmed. The reflections presented aim to contribute to strengthening teacher training and consolidating public policies aimed at overcoming educational inequalities present in rural communities.

Keywords: Rural Education. EJA. Meaningful Learning. Contextualization.

¹ Licenciatura em pedagogia pela Faculdade de Escada- FAESC.

² Licenciatura em pedagogia pela Faculdade da Escada-FAESC.

³ Orientadora. Dra.

⁴ Coorientador. Dr.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte do pressuposto da Educação do Campo. Nesse sentido vem ganhando espaço no Brasil em meados do ano 1990, tendo como espaço de lutas através dos movimentos sociais do campo, como o: Movimento dos trabalhadores rurais (MST), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná FETAPE e outras organizações que lutavam por um ensino voltado para a realidade camponesa. Nota-se que este modelo de ensino é de suma importância para o desenvolvimento das comunidades camponesas.

Destaca-se, neste contexto, que a Educação de Jovens e Adultos na EJA campo, foi inserida no Brasil como modalidade de ensino, nos anos iniciais, anos finais e médio, em 1996. Aprovado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/96. Brasil (1996, p.26). “O ensino da EJA no campo, é uma modalidade que oferece oportunidades para jovens e adultos que por algum motivo não tiveram acesso a ingressar na escola no período regular”. É notório que a EJA ainda enfrenta desafios, mesmo com o passar dos anos e o avanço educacional, sabemos que a falta do diálogo entre a teoria e a prática das políticas públicas dificulta os métodos.

Nesta perspectiva, a educação do campo é um método de ensino que visa valorizar a cultura local e a construção de um ensino que se encaixe a realidade do homem camponês. A Educação de Jovens e Adultos tem o intuito de incluir socialmente, as pessoas que participam dessa modalidade de ensino.

Segundo Pinheiro (2020):

Faz considerações e respeito da inserção dos estudantes nessa modalidade de ensino, nos quais devem ser vistos de uma maneira flexibilizada pois são pessoas em diferentes níveis socioeconômicos, de idade, culturas entre outros, pessoas que carregam consigo valores morais e éticos diversos. (Pinheiro, 2020, p.6)

Essa reflexão do autor nos traz a realidade cultural do homem camponês possibilitando as intervenções e métodos que marca a sequência do processo de ensino aprendizagem.

Assim, surge a seguinte questão da pesquisa: **Quais os principais desafios enfrentados na oferta da Educação de Jovens e Adultos no campo?** Tendo por hipótese a Educação de Jovens e Adultos no campo enfrenta desafios relacionados à falta de recursos, desigualdade social, ausência de formação docente especificada e infraestrutura, fatores que contribuem para a evasão escolar.

Neste sentido, ressalta-se em nosso objetivo a importância de investigar os desafios enfrentados pelos estudantes na Educação do Campo no ensino da EJA campo. Tendo como

objetivos específicos: Identificar quais os maiores desafios dos estudantes do campo no ensino da EJA, verificar se existe investimento de políticas públicas para diminuir o índice de desigualdade social e analisar como acontece o processo de ensino aprendizagem nas turmas do campo na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escolha do tema justifica-se pela relevância social e educacional da Educação de Jovens e Adultos no campo, pela necessidade de compreender os desafios enfrentados por essa modalidade e propor alternativas que contribuam para a permanência dos estudantes. O surgimento deste tema veio mediante ao estágio supervisionando, onde foi possível analisar a Educação do Campo e a EJA que abrange níveis de escolaridade variados.

Ressalta-se que a Educação do Campo requer estratégias específicas para motivar os estudantes da EJA levando em conta suas experiências de vida. As barreiras que enfrentam para retornar aos estudos. Segundo Freire (1979, p.15), “a educação deve ser um meio de emancipação e conscientização”. Assim a, conexão entre escola e campo é fundamental, porém tem sido difícil nas áreas camponesas onde as comunidades são desmerecidas, pois a educação que recebem é de caráter urbano.

Arroyo (2012, p.359), enfatiza “a relevância de compreender as trajetórias de vida dos sujeitos do campo, reconhecendo que suas experiências e saberes constituem elementos fundamentais na construção de práticas significativas”. Para o autor, a escola deve considerar a história e as lutas sociais dessas populações, pois a educação não pode estar dissociada da realidade concreta em que os indivíduos estão inseridos. Nessa perspectiva, valorizar as identidades camponesas significa também promover uma educação que respeite e fortaleça a formação dos estudantes.

Neste mesmo sentido, Caldart (2004, p.259), reflete sobre “a identidade e a especificidade da Educação do Campo, destacando que esta não deve ser entendida como mera adaptação do modelo urbano”. A autora ressalta que a escola do campo precisa ser construída a partir das demandas reais das comunidades do campo, estabelecendo vínculos entre educação, cultura, trabalho, cultura e território, de forma a consolidar um projeto pedagógico que assegure a coletividade e a transformação social. Complementando esse debate, Molina (2014, p.263), discute “a necessidade de políticas públicas e de uma formação docente voltada às especificidades do campo, defendendo a garantia de acesso, permanência e qualidade educacional depende de ações efetivas do Estado e de processo formativo capaz de integrar os saberes locais ao currículo escolar”.

Essas reflexões dialogam com Freire (1996, p.89), “cuja concepção da educação crítica e libertadora fundamenta-se na emancipação dos sujeitos e na superação de práticas pedagógicas tradicionais, que reduzem o ensino a uma transmissão mecânica de conteúdo”. Para Freire, a EJA deve se configurar como espaço de conscientização e de protagonismo, em que o diálogo e a construção coletiva do conhecimento possibilitem que homens e mulheres se reconheçam como sujeitos históricos capazes de transformar a realidade em que vivem.

É fundamental que o professor observe a trajetória do estudante da EJA — campo para obter informações do desenvolvimento no contexto educacional, para não se ter uma ruptura e manter a continuidade do processo de ensino aprendizagem. Este trabalho de pesquisa está organizado da seguinte forma: Introdução, referencial teórico e suas categorias, metodologia, análise de discussão, considerações finais, referências.

REFERENCIAL TEÓRICO

Histórico da Educação do Campo

A Educação do Campo começou a ganhar força no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, sendo resultado da mobilização de movimentos sociais e educacionais. Foi por meio da luta desses movimentos que a Educação do campo passou a ser reconhecida como um direito específico, destinado da educação urbana, Através dos movimentos sociais. Mesmo com tantos avanços a luta continua contra os desafios, como a ausência de políticas públicas, fechamentos de escolas do campo e a falta de acesso à escola com as estradas danificadas.

Segundo Vasconcelos e Feitosa (2020, p.804), “Levantam um problema muito importante que é sobre o estado não possuir políticas consolidadas para a formação e capacitação dos professores da Educação do Campo”. Quando falamos de educação do campo, muitos pontos devem ser considerados aos currículos de ensino, como por exemplo o clima, os tempos chuvosos dificultam a ida dos estudantes à escola, tornando esse processo de ensino e aprendizagem ainda mais demorados. Com base nesses aspectos, é preciso haver um comprometimento maior dos políticos com a Educação do Campo, afim de colaborar para que essa educação seja transformadora em um espaço coletivo da sua própria realidade.

Com base na Lei de Diretrizes e Base Nacional nº 9394/96, nos artigos nº 23, 26 e 28, define a organização básica, “a base curricular e adequada da educação para a população rural, propondo um olhar diferenciado à escola do campo que possa atender ao respectivo sujeito, a

sua realidade cultural específica pois”, o campo é marcado por lutas por reconhecimento e inclusão embora ainda haja desafios a serem superados.

Sabe-se, que durante a colonização brasileira na educação do campo, a maioria da população era analfabeta, e o acesso à educação formal era quase inexistente. De acordo com Molina (2006, p.20), “a Educação do Campo deve considerar a realidade cultural e social das populações, fortalecendo sua identidade e garantindo o direito à educação de forma contextualizada e inclusiva”. Assim, a Educação do Campo precisa ser pensada a partir das realidades e necessidades de quem vive no meio do campo, valorizando seus saberes, fortalecendo suas identidades e garantindo que o direito à aprendizagem seja exercido de forma integrada ao contexto social e cultural dessas comunidades.

A discussão sobre a Educação do Campo e a EJA exige o diálogo com autores que consideram reflexões críticas sobre esse tema. Para Arroyo (2012, p.359), “a educação voltada ao campo deve considerar as especificidades culturais, sociais e políticas do sujeito que nela estão inseridos, rompendo com modelos urbanos e homogêneos que desconsideram tais realidades”.

Nessa perspectiva, Caldart (2004, p.39), enfatiza que “a escola do campo não pode se limitar a um espaço de transmissão de conteúdo, mas deve assumir um caráter formativo e emancipador, articulando o conhecimento científico às práticas de vida e trabalho das comunidades do campo”. Neste sentido Fernandes (2005, p.46) complementa esse debate ao destacar “a importância da luta social dos trabalhadores do campo como elemento constitutivo da própria concepção da educação”, ressaltando que as políticas conquistadas foram resultado da organização coletiva e da resistência histórica dessas populações. Desse modo, a Educação do Campo se configura como espaço de resistência e de afirmação cultural, ao mesmo tempo que promove a valorização de saberes locais.

Contudo, Freire (1996, p.27), amplia a reflexão ao afirmar que “a educação deve ser libertadora, crítica e dialógica, possibilitando que os sujeitos se reconheçam como protagonistas de sua própria história e capazes de transformar a realidade”. Assim, o marco teórico da presente pesquisa se ancora na compreensão de que a Educação do Campo e a EJA não podem ser analisadas fora do contexto histórico, social e político mais amplo, que envolve conquistas legais e mobilizações sociais.

A trajetória da Educação do Campo no Brasil pode ser compreendida a partir de importantes marcos históricos legais. A constituição de 1934, representou o primeiro movimento no reconhecimento da educação como direito, embora ainda de forma restrita e sem atender

plenamente às populações camponesas. Somente com a Constituição Federal de 1988, esse direito foi consolidado como universal e como dever do Estado, garantindo bases para uma educação democrática e inclusiva.

Para Arroyo (2012, p.359), “esse reconhecimento deve ser entendido como conquista de lutas sociais, uma vez que a educação, enquanto direito, precisa dialogar com as realidades concretas dos sujeitos”. Nesse sentido, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96), em 1996, ampliou a possibilidade de atendimento, sobretudo prever modalidades como a Educação de Jovens e Adultos, valorizando as diferentes trajetórias escolares. Caldart (2004, p. 39) ressalta que “tal conquista só tem sentido quando vinculadas à formação humana integral, capaz de articular saberes escolares e experiências de vida”.

Já em 2001, a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), marcou um avanço fundamental, ao implementar políticas voltadas para os trabalhadores e comunidades assentadas. Segundo Fernandes (2005, p.46), “o PRONERA é fruto direto da luta social e da organização da educação como parte do processo de emancipação”. Nesta perspectiva, as ideias de Freire (1987, p.1-2) reforçam que “a educação deve ser um ato político e libertador, permitindo que os sujeitos se reconheçam como protagonistas de sua própria história e capazes de transformar a realidade”.

A Educação do Campo promovendo a formação igualitária para Jovens e Adultos

A Educação do Campo constitui-se como uma modalidade de ensino que reconhece e entende às especificidades socioculturais das populações camponesas, promovendo uma pedagogia dessas comunidades contextualizada e comprometida com a realidade concreta. Neste contexto Souza e Lima (2020, p.24) “a Educação do Campo não é apenas levar a escola para os camponeses, mais que os jovens e adultos tenham uma boa educação, onde eles são respeitados conforme a sua realidade”.

É uma educação que entende a forma que as pessoas do campo vivem, e que busca desenvolver o aprendizado de acordo com a cidade. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem um contexto mais complexo e desafios intensos onde levamos em consideração a grande diversidade e as trajetórias de vida das pessoas, as necessidades em ter que conciliar trabalho e estudo.

Nessa perspectiva, Arroyo (2012, p.360-361) enfatiza que “a Educação do Campo deve ser pensada como parte das lutas sociais e da afirmação de direitos valorizando os sujeitos e

reconhecendo-os como protagonistas de sua própria formação”. Assim a EJA no campo precisa superar práticas padronizadas e distantes da realidade, promovendo aprendizagens que dialoguem com os saberes, necessidades e expectativas das comunidades camponesas.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha assegurado o direito universal à educação, a efetivação desse princípio no campo ainda enfrenta muitos obstáculos. Políticas públicas como o PRONERA, a LDB nº 9.394/1996, em especial o artigo 28 e o plano Nacional de Educação (PNE) foram criadas para atender às especificidades da Educação do Campo e fortalecer a EJA nesse contexto. No entanto, a realidade demonstra que apesar dos avanços legais persistem desafios relacionados à implementação dessas medidas, seja pela insuficiência de recursos, pela falta de formação adequada ou pela distância entre a legislação e as condições concretas das comunidades do campo. Assim, o que se observa é que o direito constitucional à educação, embora reconhecido e normatizado nem sempre se traduz em práticas efetivas da inclusão e qualidade no cotidiano da EJA no campo.

A identidade do homem do campo na EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando situada no contexto do campo, não deve ser compreendida como uma simples adaptação do modelo urbano. O campo possui especificidades próprias que precisam ser consideradas, tais como o ritmo do trabalho agrícola, a sazonalidade das colheitas, as grandes distâncias geográficas e a riqueza dos saberes tradicionais. Desconsiderar essas dimensões significa negar a identidade do homem e da mulher do campo e reduzir a educação a uma proposta desarticulada de suas realidades.

404

De acordo com Caldart (2004, p.110), a “Educação do Campo deve ser construída a partir da vida, da cultura e da história dos sujeitos que nela estão inseridos, pois somente assim pode ser reconhecida como um direito efetivo”. Nesta perspectiva Arroyo (2012, p.159), reforça que “os trabalhadores do campo não podem ser vistos como “sujeitos do campo”, mas como portadores de saberes e experiências que precisam ser valorizados pela escola”. A EJA no campo, portanto precisa dialogar com o cotidiano dessas comunidades, integrando os conhecimentos científicos às práticas e valores que fazem parte da sua vida.

Freire (1996, p.30), também contribui para esse debate ao destacar que “a educação deve nascer da realidade concreta dos educandos e promover a leitura crítica do mundo”. Para ele, todo processo educativo que ignora a cultura e a história dos sujeitos se transforma em um ato de domesticação, e não de libertação. Neste sentido, aprofundar o embasamento teórico e

garantir maior articulação entre Campo e EJA é condição fundamental para que a escola cumpra um papel transformador. Trata-se de assegurar uma aprendizagem significativa, que respeite a identidade camponesa, valorize os saberes locais e fortaleça a formação cidadã dos sujeitos do campo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa descritiva e bibliográfica, pois busca compreender e interpretar a realidade vivida por jovens e adultos do campo no contexto educacional. A abordagem qualitativa permite ir mais a fundo, significados, experiências e percepções dos sujeitos envolvidos na Educação de Jovens e Adultos EJA. Segundo Cabral (2020, p.23), “A integração entre EJA e Educação do Campo é essencial para promover políticas públicas eficazes que atendam às necessidades das comunidades do campo”.

É notório na abordagem qualitativa descritiva permitir ao pesquisador ter um período de troca de experiências evidenciando os detalhes necessários para atender as expectativas do investigador, neste sentido Rambo (2023, p.1), a metodologia descritiva “oferecer um conjunto de diretrizes fundamentais para a realização da pesquisa exploratória no contexto educacional”.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal, localizada no município de Amaraji, Pernambuco. A mesma está localizada na área camponesa, atendendo ao público alvo do ensino: Anos Iniciais, Anos Finais e EJA, funciona em três turnos matutinos, vespertinos e noturnos, com 270 alunos.

O espaço físico é caracterizado por cinco salas de aulas, uma secretaria, três banheiros, um corredor, uma cozinha, uma área de serviço, uma sala de professores e uma biblioteca onde atende a comunidade escolar, porém os recursos não atendem as expectativas da Educação do Campo, principalmente nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Esta pesquisa está respaldada em dois sujeitos, uma professora formada em pedagogia, com 10 anos de experiências em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo e uma gestora formada em pedagogia e pós-graduação em gestão escolar e coordenação pedagógica que para a preservação de sua identidade foram identificadas como P e G. Ressalta-se que a referida professora reside no campo utiliza suas metodologias de ensino baseadas nas experiências, culturas, fator econômicos vivenciados pelo povo camponês. A gestora reside em Amaraji-PE.

Para esta pesquisa foram utilizados dois instrumentos, natureza qualitativa e análises bibliográficas onde foram estudados: livros, artigos, e documentos sobre o tema e as entrevistas semiestruturadas durante um encontro com os sujeitos da pesquisa, pois foram seguidos os roteiros por meios das questões estabelecidas com os envolvidos. Esta participação permite que essa educação seja pertinente, visando a realidade e experiências dos estudantes no campo.

A Educação do Campo, tem como foco promover uma educação ampla e objetiva para os discentes, alinhada sempre com as vivências e culturas adquiridas por essas pessoas.

ANÁLISES DOS DADOS

A Educação do Campo de jovens e adultos é uma modalidade de ensino respaldada nas políticas públicas, trazendo em suas diretrizes curriculares as tradições as culturas de cada estudante fortalecendo assim as suas raízes, resgatando a identidade com base nos seus princípios e conhecimentos de mundo, mas a escola deve valorizar esses conhecimentos e estabelecer um elo com a proposta pedagógica, que atenda de fato a perspectiva do campo. Neste sentido surge a seguinte questão: **Quais são os principais desafios enfrentados no processo educativo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo, segundo professores e gestores?**

406

SUJEITOS	RESPOSTAS
P	Um dos principais desafios enfrentados na educação do campo é a dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos e as responsabilidades com a família. Esses desafios fazem com que muitas vezes os estudantes desistam de continuar frequentando a escola. Outro ponto é a falta de materiais pedagógicos contextualizados com a realidade do campo.
G	A falta de estrutura das escolas é um desafio, onde muitas vezes carentes de recursos, transportes, e projetos voltados para EJA. Isso gera desmotivação e aumento da evasão escolar. Sobretudo, quando conseguimos alinhar os conteúdos a realidade dos estudantes o processo educativo se torna mais significativo.

Tabela 01: Respostas da professora e gestora.

É nítido que os obstáculos enfrentados diariamente pelos educandos do campo como (o cansaço após o longo dia de trabalho no campo, e a falta de materiais pedagógicos) P ressalta que é de suma importância respeitar os saberes e as culturas que esses estudantes trazem consigo em sua bagagem. A gestora completa esses pontos confirmando a estrutura das escolas do campo e a importância de propostas pedagógicas que se conectem com a identidade de cada um.

Neste contexto, Molina (2006, p.13), nos alerta para “a recorrente desvalorização dos saberes práticos-teóricos trazidos pelos sujeitos do campo, construídos a partir de suas experiências, relações sociais, tradições, histórias e visões de mundo”. Tal pensamento reforça ainda mais a fala da P, ao deixar claro que os conteúdos escolares muitas das vezes ignoram os pensamentos dos educandos, isso reafirma ainda mais a compreensão do porque o ensino acaba sendo desconectado da realidade.

Assim, P nos mostra que existe um panorama sensível do cotidiano escolar estudantes com grande exaustão após um dia cansativo trabalho, a falta de recursos que dialoguem com a sua realidade. Freire (1996, p.50) “oferece os fundamentos metodológicos necessários para superar esses desafios, propondo, a educação dialógica, que valoriza o conhecimento prévio e cotidiano dos educandos, tornando o ensino significativo e libertador”.

Observa-se, que a ação com os materiais pedagógicos adequados é um dos grandes problemas enfrentados pelas escolas do campo, principalmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde os educandos precisam de práticas educacionais que dialoguem com a realidade. Com base nesse sentido, compreender os impactos dessa carência ajuda na reflexão sobre o ensino e as condições de aprendizagem ofertadas para esse público.

Quais os principais desafios enfrentados pelos estudantes da Educação do Campo no ensino da EJA? Justifique sua resposta.

SUJEITOS	RESPOSTAS
P	A falta de materiais pedagógicos dificulta o planejamento e a prática em sala de aula, pois os estudantes precisam de atividades que relacionem os conteúdos com sua vivência no campo.
G	Sem os recursos adequados o processo educativo torna-se limitado. A escola por sua vez perde a possibilidade de inovação e de trazer metodologias diferenciadas que a fortaleçam o aprendizado de jovens e adultos. E isso acaba comprometendo também a motivação dos professores.

Tabela 02: Respostas da professora e gestora.

Segundo Molina (2014, p.327), “a precariedade estrutural e a falta de investimentos nas escolas do campo reforçam a desigualdade histórico, afetando diretamente a qualidade da educação oferecida”. Diante das afirmações das participantes entrevistadas acima, percebe-se que P e G tem a mesma linha de pensamento onde uma complementa a fala da outra, onde

afirmam que a ausência de materiais pedagógicos afeta diretamente na aprendizagem dos estudantes e na metodologia de ensino do professor.

A preocupação de G com a evasão escolar encontra respaldo em Arroyo (2012, p.249), ao indicar que “a permanência do campo depende de políticas públicas efetivas de acesso e permanência” Freire (1996, p.77), alerta que “o processo de ensino precisa estar interligado à realidade concreta dos educandos o que exige recursos que deem suporte à prática pedagógica significativa”. O processo de alfabetização na EJA exige um olhar atento pois precisa respeitar os saberes dos educandos, as experiências e a realidade que cada um compõem, e não apenas ensinas letras, números, e coisas que não são do cotidiano desses alunos, e sim partir para metodologias que deem sentido a aprendizagem, relacionadas as práticas do dia a dia.

Para você a falta de recursos pedagógicos adequados para a modalidade da EJA com ênfase na Educação do campo interfere no processo de desenvolvimento da aprendizagem?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P	Trabalho com metodologias que envolvem a realidade dos estudantes, como textos sobre agricultura, receitas caseiras e relatos de vida. Isso motiva os educandos, pois percebem que aquilo que aprendem pode ser usado no seu dia a dia.
G	Acredito que as metodologias mais adequadas são as que valorizam a cultura local, os conhecimentos tradicionais e o trabalho no campo. Oficinas práticas e rodas de conversas, por exemplo, ajudam a aproximar o conteúdo escolar da realidade vivida.

408

Tabela 03: Respostas da professora e gestora.

Caldart (2004, p.43-44) destaca que “a educação no campo deve ser construída a partir da identidade dos sujeitos que nela vivem, valorizando suas culturas práticas cotidianas”. Freire (1987, p.19) afirma “a alfabetização e um ato político, no qual o educando deve ser protagonista, aprendendo a ler o mundo antes mesmo de ler a palavra”. Tanto P como G trazem pontos em comum, como a valorização da realidade dos estudantes mais em alguns pontos elas têm pensamentos distintos, P valoriza exemplos práticos e conceitos e G a valorização cultural dos alunos.

As falas de P e G convergem quanto necessidade institucional, porém divergem nos meios: P defende que suporte financeiro, enquanto G foca no fortalecimento pedagógico comunitário.

O apoio institucional é fundamental para que professores tenham condições de trabalho dignas e para que os estudantes se sintam valorizados e motivados a permanecer na escola. **Quais metodologias e práticas pedagógicas são consideradas mais adequadas para promover a alfabetização de jovens e adultos no campo?**

SUJEITOS	RESPOSTAS
P	O apoio mais importante seria garantir formações continuada específica para EJA do campo, além de oferecer transporte e alimentação adequados aos estudantes, pois muitos desistem por dificuldades de acesso.
G	O poder público precisar segurar infraestrutura adequada, matérias didáticos, políticas e valorização dos docentes e projetos que incentivem a permanência dos alunos. Sem isso a evasão escolar continua sendo um desafio.

Tabela 04: Respostas da professora e gestora.

De acordo com Arroyo (2012, p.48), “o direito da educação no campo estar relacionada as políticas públicas que garantem condições reais de acesso e permanência”. Além disso Molina (2014, p.28) reforça que “o apoio institucional é essencial para valorizar os professores e criar meio para que a escola comprar sua função social”. Portanto focar na infraestrutura na formação docente e política de permanência essencial para fortalecer a EJA no campo.

409

A P chama atenção para as questões mais imediatas, como a formação continuada de professores e oferta de transporte alimentação para os estudantes destacando que a falta desses recursos leva muitas vezes a desistência. Já G amplia a reflexão para o poder público destacando sempre a necessidade de infraestrutura das matérias didáticas ambas, no entanto reconhecem que o apoio institucional é de suma importância para a permanência de jovens e adultos.

A permanência dos alunos da EJA no campo não tem haver apenas da relação individual dos docentes, mais também de política institucionais que a segure condições de aprendizagem adequadas.

Que tipo de apoio institucional seria fundamental para fortalecer o trabalho docente e a permanência dos alunos na EJA Campo?

SUJEITOS	RESPOSTAS
P	O incentivo financeiro como bolsas de estudo ou auxílio transporte ajudaria muito. Muitos estudantes deixam de frequentar as aulas por causa das dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA.
G	

	A escola precisa de um apoio para desenvolver projetos de integração como a comunidade, valoriza a identidade campesina desta forma assegurando a permanência dos alunos pois ele entende o sentido em estudar.
--	---

Tabela 05: Respostas da professora e gestora.

Freire (1996, p.58), defende que “a escola deve ser um lugar de vivencia e valores dos educandos, criando condições para sua participação ativa na sociedade”. Já Caldart (2012, p.259), afirma que “a educação do campo deve ser tratada como política pública que inclua sujeito as suas realidades”. Assim, o apoio institucional não deve se restringir a infraestrutura, mas incluir projetos sociais que incentivem a permanência dos estudantes. As duas respostas reconhecem que os estudantes da EJA no campo enfrentam dificuldade para permanecer nos estudos, mas cada uma aponta caminhos diferentes para enfrentar problemas.

Segundo P enfatiza o apoio financeiro é estrutural. Já a G direciona um olhar para o apoio pedagógico e social pois isso fortalece o sentido de estudar e incentivar a permanência. Juntas mostram que a permanência dos alunos depende tanto de condições objetivas de acesso quanto do reconhecimento de sua identidade e sua realidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da Educação do campo, destacando as particularidades e especificidade desse público que, em sua maioria, convive com condições sociais, econômicas e culturais distintas das realidades urbanas. Os dados analisados revelaram que o acesso à escolarização para jovens e adultos do campo ainda é marcado por limitações estruturais, metodológicas e políticas, que comprometem a efetivação de um processo de ensino e aprendizagem inclusivo e de qualidade.

Os resultados apontam que a falta de recursos pedagógicos adequados, a escassez de formação continuada para professores e as dificuldades de conciliar a jornada de trabalho no campo com os estudos são entraves que impactam diretamente o processo educativo. Além disso, evidencia-se a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas, que considerem a realidade rural e os saberes prévios dos educandos, valorizando suas experiências de vida e promovendo uma aprendizagem significativa.

A análise permite afirmar que a Educação do campo e a EJA, quando articuladas de maneira crítica e reflexiva, podem contribuir para a emancipação dos sujeitos, possibilitando não apenas a aquisição do conhecimento escolar, mas também o fortalecimento escolar, mas

também o fortalecimento da identidade e da valorização da cultura camponesa. Para isso, tornar-se imprescindível que as políticas públicas garantam melhores condições de infraestrutura, formação docente e metodologias inovadoras, que realmente dialoguem com as necessidades e potencialidades do campo.

Nesta perspectiva, este trabalho evidencia a relevância da Educação do campo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, ressaltando que os desafios aqui apresentados devem servir como base para futuras pesquisas e práticas pedagógicas que busquem ampliar o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos jovens e adultos do meio rural. Assim, espera-se que este estudo possa contribuir para o avanço da área e incentivar a continuidade de debates e ações que fortaleçam o direito à educação para todos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição da república dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Brasília, DF, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 02/10/2025.

411

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário oficial da União, Brasileira, 2 dez.1996.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10/10/2025.

CABRAL, Márcia Regina. **Educação do campo e EJA: desafios e perspectivas para a inclusão social**. Recife: EDUPE, 2020.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. In: Molina, Monica Catagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2012. p.71-96.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1º ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e políticas públicas: práticas e desafios**. Brasília: MDA, 2006.

MOLINA. Mônica Castagna. **Educação do campo e práticas emancipadoras**. Brasília: MDA, 2014.

PINHEIROO, Antônio Carlos. **Educação de jovens e adultos: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2020.

RAMBO, José Clóvis. **Metodologia da pesquisa educacional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2023.

SOUZA, Ana Lúcia de; LIMA, Maria das Graças. **Educação do campo e cidadania**. João Pessoa: UFPB, 2020.

VASCONCELOS, José Carlos de; FEITOSA, Maria do Carmo. **Formação docente e desafios da educação do campo no Brasil**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v46, n.2, p801-810, 2020.